



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 91/XV/ 1.ª SL

Aos 29 dias do mês de março de 2023, pelas 10:11 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Audição do CFP – Conselho das Finanças Públicas, no âmbito do [requerimento](#) do GP IL.**
  2. **Aprovação da ata n.º 89;**
  3. **Discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 35/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais;**
  4. **Discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 56/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Estabelece o regime aplicável às start-ups e scaleups, altera o regime de tributação dos planos de opções para trabalhadores de start-ups e empresas do setor da inovação e reforça o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial;**
  5. **Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 64/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Transpõe a Diretiva (UE) 2021/514, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade;  
Relator: Deputado Alexandre Simões (PSD)**
  6. **Requerimento apresentado, nos termos do 104º, nºs 3 e 4, do RAR, pelo GP CH para audição do Ministro das Finanças;**
  7. **Outros assuntos.**
-



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 91/XV/ 1.ª SL

#### 1. **Audição do CFP – Conselho das Finanças Públicas, no âmbito do requerimento do GP IL.**

O Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Deputado Filipe Neto Brandão, iniciou os trabalhos, cumprimentando os Representantes do Conselho das Finanças Públicas, Professora Dra. Nazaré da Costa Cabral (Presidente), Dra. Noémia Goulart (Vogal não-Executiva) e Professor Dr. Miguel St. Aubyn (Vogal Executivo), enquadrando de seguida a audição no âmbito do requerimento do GP IL.

No âmbito da primeira ronda de intervenções, intervieram os Senhores Deputados João Cotrim de Figueiredo (IL), Sérgio Ávila (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Rui Afonso (CH) e Duarte Alves (PCP), tendo a Senhora Presidente do CFP respondido individualmente às questões colocadas pelos Deputados.

No âmbito da segunda ronda, tomaram a palavra os Senhores Deputados João Cotrim de Figueiredo (IL), Sérgio Ávila (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), e Duarte Alves (PCP), tendo a Senhora Presidente respondido ao conjunto das questões colocadas.

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente encerrou a audição após ter agradecido a presença dos representantes do CFP.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

#### 2. **Aprovação da ata n.º 89;**

O Senhor Presidente colocou a ata à discussão. Não havendo pedidos de palavra, a ata foi imediatamente votada tendo sido aprovada por unanimidade, do DURP PAN e DURP L.

#### 3. **Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 35/XV/1.ª (GOV) – Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais;**

O Senhor Presidente deu início à fase de discussão, questionando se alguém pretenderia usar da palavra.

## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 91/XV/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Ana Paula Bernardo (PS) referiu que o seu grupo parlamentar (GP) iria substituir oralmente a proposta de alteração apresentada ao artigo 12.º, relativo à entrada em vigor e produção de efeitos, quando esta fosse votada.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) disse que a posição do seu partido quanto às alterações contantes da proposta de lei já havia ficado clara, reiterando que iria votar contra as alterações em sede de ISV, IVA e ISP, mas que gostaria de dizer que a alteração proposta pelo PS, em sede de especialidade, ao artigo 92.º do código do IRC, através da adição das alíneas relativas a incentivo fiscal à valorização salarial, criação líquida de postos de trabalho e donativos de bens alimentares ao Estado e IPSS, significam um aumento dos benefícios fiscais às grandes empresas, já que as três alíneas deixam de contar para o limite dos benefícios fiscais.

Não havendo mais pedidos de palavra, passou-se de imediato à votação dos artigos e propostas de alteração, tendo sido manifestados os sentidos de voto constantes da página eletrónica da iniciativa ([Resultado das votações](#)).

**4. Discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 56/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Estabelece o regime aplicável às start-ups e scaleups, altera o regime de tributação dos planos de opções para trabalhadores de start-ups e empresas do setor da inovação e reforça o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial;**

O Senhor Presidente deu início à fase de discussão, questionando se alguém pretenderia usar da palavra.

O Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) tomou a palavra começando por referir pretender efetuar duas alterações às propostas de alteração apresentadas pelo seu GP. Assim, relativamente à proposta de alteração do n.º 7 do artigo 43.º - C do Estatuto dos Benefícios Fiscais disse que, relativamente à alínea a) pretendia alargar a percentagem de participação de 20% para 50% e que, relativamente à alínea b) pretendia a sua eliminação. Explicou de seguida que o racional subjacente a estas alterações seria incentivar este tipo de instrumentos nestas empresas, a par da eliminação do “Exit tax” que também é proposta. Explicou de seguida o racional das restantes propostas do seu GP, salientando a necessidade de acabar com os abusos em sede de investimentos



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 91/XV/ 1.ª SL

indiretos, em fundos de investimento que, segundo disse entender, a proposta de lei não acautela convenientemente, conforme foi possível constatar nas audições efetuadas na especialidade, que aproveitou para agradecer. Mais disse terem sido efetuadas alterações a nível da taxa base dos incentivos, que pretendem aumentar de 32,5% para 40% e da limitação da concentração da participação em 49,99% e o método para tornar exequível esta contabilização. Mais disse ter ficado preocupado com o facto de a ANI ter manifestado falta de recursos humanos para fiscalizar 500 milhões de euros de incentivos, deixando nas propostas apresentadas a sugestão de que o Governo, em conjunto com esta entidade, adota as diligências necessárias para o suprimento da falta de recursos humanos. Disse ainda que foi apresentada uma proposta no sentido de ser criada uma Comissão multidisciplinar de peritos para avaliação do SIFIDE II sendo flexíveis quanto aos prazos propostos. Por fim disse propor uma medida de transparência básica que se traduz na obrigatoriedade de publicação de relatórios de gestão dos fundos investimento no site da ANI.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) tomou a palavra para clarificar que o seu GP não apresentou quaisquer propostas de alteração porque o seu sentido de voto quanto a esta iniciativa é em geral negativo. Mais disse entender a definição de startup e de scaleup poderá vir a discriminar negativamente micro pequenas e médias empresas que não devem deixar de ter apoios pelo facto de terem 10, 15 ou 20 anos. Mais referiu que a proposta do PCP quanto ao SIFIDE era de revogação, para que redirecionar a despesa fiscal para projetos de investimento e desenvolvimento que realmente acontecessem com o envolvimento de entidades públicas. Disse, por fim, que acompanhará as alterações que visem retirar os “alçapões” que existem na lei para duplas deduções dos fundos de investimento, dizendo registar, contudo, que se mantêm os benefícios fiscais a fundos de investimento, o que é negativo.

Não havendo mais pedidos de palavra, passou-se de imediato à votação dos artigos e propostas de alteração, tendo sido manifestados os sentidos de voto constantes da página eletrónica da iniciativa ([Resultado das votações](#)).

#### **5. Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 64/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Transpõe a Diretiva (UE) 2021/514, relativa à cooperação administrativa no**



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 91/XV/ 1.ª SL

**domínio da fiscalidade;**  
**Relator: Deputado Alexandre Simões (PSD)**

A apresentação do presente parecer foi adiada a pedido do seu autor.

#### **6. Requerimento apresentado, nos termos do 104º, nºs 3 e 4, do RAR, pelo GP CH para audição do Ministro das Finanças;**

O Senhor Presidente referiu que como já seria do conhecimento de todos havia dado entrada um requerimento potestativo do CH para audição do Ministro das Finanças, nada havendo a deliberar.

O Senhor Deputado Rui Afonso (CH) solicitou que a audição fosse realizada o mais brevemente possível, idealmente até quarta-feira da próxima semana.

O Senhor Presidente disse que iria diligenciar para o respetivo agendamento e que daria nota assim que a audição fosse agendada.

#### **7. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente deu nota aos Senhores Deputados de que teria lugar a audição do Governador do Banco de Portugal no dia 4 de abril e da Autoridade da Concorrência no dia 11 de abril.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitou a prorrogação de prazo para propostas de alteração ao texto de substituição dos projetos de lei n.º 479/XV/1.ª (PS), n.º 465/XV/1.ª (PAN) e n.º 466/XV/1.ª (PAN) para a segunda-feira seguinte às 15h, no que todos anuíram.

O Senhor Presidente deu ainda nota da entrada da Proposta de Lei n.º 70/XV/1.ª (GOV) “Procede à aplicação transitória de isenção de IVA a certos produtos alimentares” tendo a conferência de líderes fixado um calendário bastante curto - com a votação na generalidade a acontecer na sexta-feira, propostas de alteração às 18h de sexta-feira e votação final global na quinta-feira da semana seguinte – havendo que determinar a data para discussão e votação da iniciativa na generalidade. O Senhor Deputado Duarte



## Comissão de Orçamento e Finanças

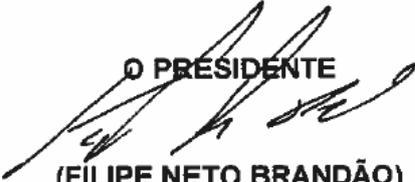
### ATA NÚMERO 91/XV/ 1.ª SL

Alves (PCP) interveio para sugerir que a especialidade ocorresse na terça-feira, após a audição do Senhor Governador do Banco de Portugal, no que todos anuíram.

A reunião foi [gravada](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 13:23 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 março 2023.

  
O PRESIDENTE  
(FILIPE NETO BRANDÃO)



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 91/XV/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)  
Carlos Brás (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Jamila Madeira (PS)  
Miguel Cabrita (PS)  
Miguel Matos (PS)  
Pedro Anastácio (PS)  
Sérgio Ávila (PS)  
Vera Braz (PS)  
Alexandre Simões (PSD)  
Duarte Pacheco (PSD)  
Hugo Carneiro (PSD)  
João Barbosa De Melo (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Rui Vilar (PSD)  
Rui Afonso (CH)  
João Cotrim Figueiredo (IL)  
Duarte Alves (PCP)  
Mariana Mortágua (BE)  
Diogo Cunha (PS)  
Sara Madruga Da Costa (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)  
Hugo Costa (PS)  
Artur Soveral Andrade (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves (PS)  
Patrícia Dantas (PSD)  
Inês De Sousa Real (PAN)  
Rui Tavares (L)